

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA

Eliezer Pires da Silva

eliezerpires@gmail.com

Arquivo Nacional/UNIRIO

RESUMO:

A comunicação apresenta os resultados da pesquisa de mestrado sobre a emergência da noção de informação arquivística na produção de conhecimento arquivístico no Brasil. Considera-se a Arquivologia como um espaço dinâmico entre produtores e consumidores do conhecimento arquivístico, analisando a abordagem informacional nos arquivos, especificamente o emprego da expressão *informação arquivística*. Foi problematizada sua utilização no conjunto de doze trabalhos oriundos de pesquisas de mestrados e de doutorados defendidas no Brasil entre 1996-2006, que apresentaram a designação em seu título e/ou resumo. A leitura do texto completo das teses e dissertações permitiu identificar como a noção de informação arquivística foi operacionalizada em cada uma das obras analisadas. O exercício também serviu para reconstruir a rede de autores citados nas ocasiões em que se explicitou *informação arquivística*. Essa rede de autores indica que diferentes correntes do pensamento arquivístico foram evocadas e que a utilização de literatura associada à temática arquivística é significativa. Pode-se explicar o surgimento da informação arquivística, no quadro da Arquivologia brasileira, ligando-a às condições de produção de conhecimento arquivístico no âmbito institucionalizado dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, sem que essas explicações excluam a pertinência de outras. A noção de informação arquivística parece inscrita numa lógica de argumentação acadêmica para atualizar as práticas em torno do processamento técnico dos arquivos na direção de sua autonomia, enquanto área do conhecimento.

Palavras-chave: Arquivologia, Ciência da Informação.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, a expressão *informação arquivística* passou a produzir sentido entre os profissionais envolvidos com os arquivos no cenário brasileiro. A Dissertação de Mestrado teve como tema o exame da emergência da noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil entre os anos de 1996 e 2006.

O objetivo geral da pesquisa foi problematizar a abordagem informacional na Arquivologia, além de contribuir para os estudos, na Arquivologia e na Ciência da Informação, sobre o fenômeno informacional arquivístico.

Os objetivos específicos foram identificar as pesquisas de mestrado e de doutorado, com temática arquivística, defendidas e aprovadas no Brasil, entre 1996 e

2006, verificar aquelas que indiciam a abordagem informacional dos arquivos e analisar a utilização da noção de informação arquivística.

A NOÇÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

Os mapeamentos realizados por Fonseca (2005) e Marques (2007), a partir do Portal Capes, forneceram subsídios para a metodologia de identificação das teses e das dissertações sobre Arquivologia, no marco cronológico escolhido para a presente pesquisa, permitindo que se trabalhe com o recorte temporal e espacial estabelecido.

O Banco de Teses faz parte do Portal de Periódicos da Capes e tem o objetivo de facilitar o acesso às informações sobre teses e dissertações defendidas junto aos programas de pós-graduação no país. As informações são fornecidas diretamente à Capes pelos programas de pós-graduação. A ferramenta de busca e consulta disponibilizada permite a pesquisa por autor, título e palavras-chave. Utilizaram-se os termos *arquivologia* e *arquivística* nas buscas. As buscas para a presente pesquisa foram realizadas entre o dia vinte e sete de dezembro de dois mil e sete e o dia vinte e seis de março de dois mil e oito.

Inicialmente, identificou-se, com a ferramenta de busca do Portal Capes e os referidos descritores, 97 trabalhos com temática arquivística produzidos em diferentes programas de pós-graduação e áreas do conhecimento. Dentro desse universo houve a seleção de doze teses e dissertações em que se encontra a designação *informação arquivística* no título e/ou no resumo.

A redução de 97 teses e dissertações com temática arquivística, para as 12 que apresentam a designação *informação arquivística* no título e/ou resumo indicou um recorte, que tornou possível uma abordagem mais analítica dos trabalhos, apresentando-se a possibilidade de identificação da expressão *informação arquivística* nos trabalhos completos.

A distribuição desses trabalhos pelos estados brasileiros acaba por reafirmar a concentração da produção científica na região sudeste do Brasil. A concentração da produção de conhecimento arquivístico nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, em 42%, demonstra a predominância dessa alternativa para pesquisas com temáticas arquivísticas. Por outro lado, há uma dispersão por outras 12 áreas do conhecimento, o que sinaliza como a temática é estudada em diferentes áreas.

A questão informacional nos arquivos pode estar evidenciada pela presença do

termo *informação* no resumo de 48% dos 97 trabalhos de mestrado e de doutorado no Brasil que contemplam questões arquivísticas.

A expressão *informação arquivística* apareceu em 12% dos resumos e títulos de teses e dissertações com temática arquivística, no período 1996-2006. A concentração dessas pesquisas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação é de 75%.

O Quadro 1 apresenta as teses e dissertações em que a designação *informação arquivística* está presente no título e/ou resumo, dentro do universo dos trabalhos de mestrado e de doutorado com temática arquivística defendidos entre 1996 e 2006, de acordo com a busca realizada pelas palavras-chave *arquivologia* e *arquivística* no Banco de Teses do Portal Capes.

Data defesa	Autor	Título	Instituição	Área	Curso
29/10/1996	Maria Odila Kahl Fonseca	Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais	Universidade Federal do Rio de Janeiro *	Ciência da Informação	Mestrado
1/11/1996	Junia Gomes da Costa Guimarães e Silva	Socialização da informação arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação	Universidade Federal do Rio de Janeiro *	Ciência da Informação	Mestrado
1/3/1998	José Maria Jardim	Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado brasileiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro*	Ciência da Informação	Doutorado
1/12/2000	Christianne Rose de Sousa Oliveira	Acesso à informação no Arquivo Público do Estado do Maranhão	Universidade Federal do Rio de Janeiro*	Ciência da Informação	Mestrado
1/2/2001	Heloisa Esser dos Reis Tiago Pereira	Contribuição ao diagnóstico de um sistema de informação arquivística aplicada	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	Tecnologia	Mestrado
1/7/2002	Emília Barroso Cruz	Memória governamental e utilização de documentos eletrônicos pela administração pública no Brasil: o caso da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais	Ciência da Informação	Mestrado
1/7/2004	Maria Teresa Navarro de Britto Mattos	Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia	Universidade Federal da Bahia	Educação	Doutorado
1/3/2005	Ivone Pereira de Sá	A face oculta da interface: serviços de informação arquivista na <i>web</i> centrados no usuário	Fundação Oswaldo Cruz	Saúde Pública	Mestrado
1/7/2005	Anna Carla Almeida Mariz	Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na internet	Universidade Federal do Rio de Janeiro*	Ciência da Informação	Doutorado
1/1/2006	Nádina Aparecida Moreno	A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias	Universidade Federal de Minas Gerais	Ciência da Informação	Doutorado

1/3/2006	Flávia Carneiro Leão	A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)	Universidade de São Paulo	Ciência da Informação	Mestrado
1/8/2006	Lucia Maria Velloso de Oliveira	O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos	Universidade Federal Fluminense*	Ciência da Informação	Mestrado

* Programa de Pós-Graduação em Convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Quadro 1: Teses e dissertações sobre arquivologia com a designação informação arquivística no título e/ou resumo (Brasil, 1996-2006)

A UTILIZAÇÃO DA NOÇÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A leitura do texto completo das teses e dissertações objetivou identificar como a noção de informação arquivística foi operacionalizada em cada uma das obras analisadas. Outro aspecto importante na interpretação dos dados foi a identificação da visão do conceito de arquivo apresentada pelos autores, considerando que esta deveria ser construída a partir do contexto temático de cada tese ou dissertação.

Para explicitação da perspectiva informacional nos arquivos, adotada pelos autores, buscou-se evidenciar, no conjunto dos argumentos de cada um deles, a presença ou não de articulação teórico-conceitual para a noção de informação arquivística apresentada.

O Quadro 2 apresenta a quantificação da frequência com que a expressão informação arquivística foi utilizada pelos autores das teses e das dissertações desse campo empírico.

Autor	Frases	Autor	Frases
Ivone Pereira de Sá	216	José Maria Jardim	37
Heloisa Esser dos Reis Tiago Pereira	141	Christianne Rose de Sousa Oliveira	25
Lucia Maria Velloso de Oliveira	73	Junia Gomes da Costa Guimarães e Silva	15
Nádina Aparecida Moreno	65	Maria Odila Kahl Fonseca	10
Anna Carla Almeida Mariz	62	Emília Barroso Cruz	10
Maria Teresa Navarro de Britto Mattos	60	Flavia Carneiro Leão	10

Quadro 2: Incidência da expressão informação arquivística nas teses e dissertações

O exercício também serviu para reconstruir a rede de autores citados nas ocasiões em que se explicitou *informação arquivística*. Essa rede de autores indica que diferentes correntes do pensamento arquivístico foram evocadas e que a utilização de literatura

associada à temática arquivística é significativa. Contudo, chama a atenção o fato de que a maior parte dos autores citados não representa uma sustentação teórica para a adoção da noção de informação arquivística.

A ordem com que os trabalhos estão apresentados segue a cronologia em que foram defendidos enquanto teses e dissertações.

Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais

Maria Odila Fonseca (1996), graduada em História, apresenta sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A noção de informação arquivística é tratada na perspectiva de uma instituição arquivística que tem a custódia de documentos deslocados do ambiente administrativo de sua produção e disponível ao acesso público por meio de instrumentos de pesquisa.

A noção de informação arquivística não se distingue do conceito de documento de arquivo. Para ambos, aponta-se a objetividade de um conteúdo fixado no registro que pode ser consultado pelo usuário quando se estabelece o controle intelectual da localização dos documentos.

A autora também apresenta um entendimento da informação arquivística nas práticas documentárias, nos processos de comunicação, nas relações sociais e de poder, que subjazem às abordagens do direito à informação, da informação arquivística e do documento de arquivo. Os conceitos são recursos utilizados para caracterizar tendências e modos de abordar o objeto do trabalho arquivístico.

No capítulo em que se propõe caracterizar a noção de informação arquivística compara as definições de documento de arquivo existentes e analisa as características dos registros arquivísticos em seus aspectos de autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unidade. De uma maneira geral, pressupõe que o arquivo – instituição arquivística – é um órgão da administração pública com o dever de dar acesso às informações – conteúdo de documentos – solicitadas pelos cidadãos.

Socialização da informação arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação

Júnia Gomes da Costa Guimarães e Silva (1996), graduada em Museologia e Administração, apresenta sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Constrói sua argumentação em torno da viabilidade do enfoque participativo para a transferência da informação, tomando por base o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e considera a Arquivologia e a Ciência da Informação como bases da análise.

A autora faz considerações sobre os mecanismos do organismo humano que fazem parte do processo mental associado a ambientes sociais, para explicar a informação como um fenômeno de comunicação.

Pressupõe que o objeto da Arquivologia seja o documento e observa que este não é definido como informação nos principais manuais de arquivologia, demonstrando que, na área, não se tem a preocupação com as implicações trazidas pela questão informacional. Propõe um modelo de análise da instituição arquivística, em que o usuário estabelece um processo de comunicação com a equipe técnica para negociar as estratégias de busca e recuperação de referências sobre a existência de documentos no acervo.

Os instrumentos de descrição são entendidos como forma de representar o conteúdo dos documentos e assim mediar à eventual consulta ao próprio registro. A noção de informação arquivística encontra-se associada à construção de instrumentos de pesquisa que indexam os documentos custodiados por meio da representação de conteúdos, destinados a permitir e orientar a pesquisa pelos usuários.

A autora alerta que essa informação arquivística, ou meta-informação, “[...] está fortemente associada a um contexto específico, a um período de tempo determinado e a um conjunto de usuários que integra esse contexto” (GUIMARÃES E SILVA, 1996, p.63). Entende que as instituições arquivísticas têm a função social de garantir acesso aos documentos de sua custódia por meio de instrumentos que representam o conteúdo desses registros, comprovantes de direitos, além de subsidiar a pesquisa retrospectiva. Assim, compreende a transferência de informação nos arquivos como um processo que vai do armazenamento do documento até a divulgação de conteúdos, considerando os instrumentos de descrição como mediadores dessa finalidade.

Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado brasileiro

José Maria Jardim (1998), graduado em História, apresenta a sua tese de doutorado em Ciência da Informação, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Formula a noção de Estado como campo informacional e, no caso do Estado brasileiro, aponta que este tende a ser invisível a si mesmo e à sociedade civil.

Sua análise constrói uma compreensão do Estado nas relações entre sociedade civil (organismos privados) e sociedade política (Estado) em que nesta predomina a coerção e naquela a hegemonia, “[...] o Estado não é um bloco monolítico sem fissuras, mas um campo de batalhas estratégico” (JARDIM, 1998, p. 34).

A partir de Bourdieu, Jardim entende o Estado nas relações de força e disputa em que o mesmo concentra monopólio da violência física e simbólica. Do ponto de vista arquivístico, esse relacionamento implica uma escrita para as operações de objetivação da realidade sobre a qual se intervém.

As práticas das quais resultam os arquivos são dotadas de uma lógica de controle, governo e gestão. Os arquivos são uma escrita que expressa um saber de Estado. No funcionamento da administração pública, anunciada como organização estatal destinada à consecução do “interesse coletivo”, a estrutura administrativa tem por base as normas formais e abstratas para ações governamentais exercidas a partir de registros documentais.

O autor caracteriza a noção de informação arquivística, dentro do horizonte de seu objeto de estudo.

A informação arquivística produzida pela administração pública cumpre, portanto, um ciclo que envolve sua produção, processamento, uso e estocagem em dois contextos: primeiramente, no ambiente organizacional da sua produção e, num segundo momento, no marco das instituições arquivísticas responsáveis pela normalização da gestão de documentos correntes e intermediários, bem como pela preservação e o acesso ao patrimônio documental arquivístico (JARDIM, 1998, p. 17).

Ao apresentar uma abordagem informacional no arquivo, Jardim estabelece uma definição operatória para a noção de informação arquivística e aponta para a necessidade de uma verticalização teórica da questão.

Acesso à informação no Arquivo Público do Estado do Maranhão

Christianne Rose de Sousa Oliveira (2000), graduada em Biblioteconomia, apresenta sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Essa autora assume a informação como uma referência sobre fatos e ideias que tenham sido registrados em qualquer formato físico. A informação representaria, também, um fenômeno contemporâneo de comunicação do conteúdo de mensagens contextualizadas em níveis culturais, econômicos e sociais.

A associação entre as ideias de documento e informação pode ser observada abaixo.

A administração pública tem o dever de viabilizar o acesso à informação arquivística, ou seja, prover recursos necessários para tratamento, conservação e uso dos documentos públicos. [...] No âmbito governamental, pressupõe-se que através da informação arquivística se possa testemunhar por meio de registros a transparência das ações e atos administrativos de órgãos públicos, fato este primordial para o exercício da democracia (OLIVEIRA, 2000, p. 32 e 40).

A argumentação em torno das condições de acesso à informação arquivística no Arquivo Público do Estado do Maranhão envolve a conceituação de documento de arquivo segundo os manuais de Arquivologia. Oliveira apresenta considerações sobre o papel da administração pública como produtora de informação arquivística no âmbito das funções governamentais, bem como problematizações relacionadas ao Estado e sua importância para o exercício do direito à informação governamental.

Os resultados de sua pesquisa apontam para indicadores do acesso à informação arquivística, estruturados da seguinte forma: quanto às categorias de usuários, eles são predominantemente alunos de graduação; a qualidade do serviço de atendimento da instituição arquivística é considerada boa em 62%; o estado de conservação do acervo é considerado bom em 48%; e, demanda informacional foi suprida em 79% das vezes em que foi apresentada pelo usuário.

Contribuição ao diagnóstico de um sistema de informação arquivística aplicada

Heloisa Esser dos Reis Tiago Pereira (2001), graduada em Arquivologia,

apresenta sua dissertação de mestrado em Tecnologia, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro. Realiza um estudo sobre os arquivos no funcionamento das organizações e adota a perspectiva dos sistemas para os diferentes aspectos das atividades organizacionais. O serviço de arquivo é entendido como um sistema de informação arquivística, pois “[...] constitui, na verdade, um subsistema de informação” (PEREIRA, 2001, p. 32).

Pereira trabalha com a ideia de gestão da informação nas organizações onde o sistema de informação arquivística encontra-se associado ao planejamento organizacional. Os elementos dessa abordagem são: “a) diversos tipos de informação: primária ou secundária, formal ou informal; b) documentos produzidos e recebidos pela organização; c) diagnóstico da situação; d) necessidade do usuário; e) comportamento do usuário; f) recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos” (PEREIRA, 2001, p. 61).

Para a autora, a abordagem informacional dos arquivos relaciona-se com os modelos organizacionais das últimas décadas e sua visão de arquivo é gerencial, assim como a sua noção de informação arquivística.

As informações que refletem as ações da organização são informações arquivísticas e, quando registradas em um suporte material, compõem um conjunto orgânico de documentos, os arquivos. O ato de registrar a informação em um suporte material é, na verdade, o ato de criar um documento (PEREIRA, 2001, p.15).

A utilização da expressão informação arquivística é etiqueta para uma noção que não foi conceitualmente caracterizada, ainda que tenha sido operada em cento e quarenta e um (141) períodos de frase do texto da dissertação.

Pode-se destacar, ainda, a superposição de elementos de caracterização do documento de arquivo para definir a informação arquivística uma vez que para a autora, essa informação se baseia na organicidade e originalidade e se encontra associada ao exercício de uma atividade de uma pessoa física ou jurídica.

Memória governamental e utilização de documentos eletrônicos pela administração pública no Brasil: o caso da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Emília Barroso Cruz (2002), graduada em História, apresenta sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, na Escola de Ciência da Informação da

Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa propõe um estudo sobre a preservação de documentos digitais na administração pública e formula um modelo para o processo de gestão de documentos em formato eletrônico.

Em seu estudo, discute o conceito de documento de arquivo com ênfase na trajetória dos diferentes suportes e compreende o documento como “[...] resultado do registro da informação sobre um suporte físico” (CRUZ, 2002, p. 32).

Cruz problematiza a questão do formato do documento e observa que as técnicas de registro estão associadas a convenções sociais que validam transações documentadas. Identifica também as limitações apresentadas pelos atuais meios eletrônicos, demandando cuidados especiais para a possibilidade contínua de leitura. “O desafio que se apresenta é o de garantir a preservação com a migração de suporte e de programas de acesso ou com a adoção de sistemas abertos, ou sistemas compatíveis entre si” (CRUZ, 2002, p. 50).

Entende que “[...] a informação arquivística é um tipo único, cuja origem são as ações de determinada pessoa, física ou jurídica, que as produz, recebe e acumula, visando à consecução de um fim administrativo, legal ou fiscal” (CRUZ, 2002, p. 58).

Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia

Maria Teresa Navarro de Britto Mattos (2004), graduada em História, apresenta sua tese de doutorado em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa contempla a temática arquivística por meio de um estudo sobre a relevância da memória institucional para a gestão universitária. Assume que memória institucional é informação estratégica, mas considera que aquela seja o “[...] silêncio de um conhecimento sobre as universidades que as próprias universidades ainda não conseguiram recuperar, nem esquecer” (MATTOS, 2004, p. 18).

Apresenta a dicotomia entre informação operacional e informação estratégica no ambiente universitário e aponta o documento como unidade da memória institucional. Dessa forma, a memória institucional é entendida como “[...] história das realizações práticas do que foi instituído [e] surge a partir da formalização de tudo o que foi instituído” (MATTOS, 2004, p. 67).

Descreve algumas tensões existentes nestes contextos organizacionais de atividades acadêmicas e administrativas, onde a gestão da memória arquivística deve

disponibilizar os documentos como prova e evidência das atividades da instituição. Nesse sentido, a formação do arquivo, como acervo, bem como o serviço que o representa, configuram um jogo de reprodução de memória na ordem da cultura que é capaz de transmitir e manter o funcionamento burocrático das organizações.

Na prática, a autora estabelece equivalência entre as expressões documento arquivístico, memória institucional, informação estratégica e informação arquivística, além de considerar as tecnologias digitais de comunicação como pano de fundo dessas relações.

A informação arquivística seria algo independente de seu suporte físico, observável nas dimensões referentes à disseminação e ao acesso à informação, ao mesmo tempo em que

A informação de natureza arquivística implica em novos desafios teóricos e metodológicos sim, um vez que, qualificada digitalmente, a informação arquivística incorpora as propriedades e os atributos dos sistemas digitais que lhe conferem suporte e a possibilidade de fluxos em rede (MATTOS, 2004, p.83).

A perspectiva da informação encontra-se associada a um enfoque gerencial, como quando afirma que “A memória institucional, quando compreendida como informação arquivística, potencializa o seu conteúdo e a sua capacidade efetiva de intervir nas instâncias

Emprega a expressão *informação arquivística* em sessenta e um (61) períodos de frase e reproduz a ideia de documento, além de associar sua adoção ao advento das tecnologias digitais.

A face oculta da interface: serviços de informação arquivista na web centrados no usuário

Ivone Pereira de Sá (2005), graduada em Arquivologia, apresenta sua dissertação de mestrado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz. O estudo é sobre serviços de informação arquivística na Web centrados no usuário. Apresenta o desenvolvimento do campo da Arquivologia, o surgimento dos conceitos balizadores das práticas arquivísticas e as novas tendências representadas pela noção de informação arquivística.

Aponta um deslocamento de objeto de estudo na Arquivologia: do documento para à informação arquivística e discute a existência de processos de transferência de informação nos arquivos, adotando a perspectiva dos serviços de referência para a transferência da informação arquivística sob o triângulo usuário x arquivista de referência x informação arquivística.

Entende que as Tecnologias de Informação e Comunicação alteraram os processos de comunicação nos arquivos, e evidencia o usuário como sujeito no processo de transferência da informação. “O usuário deve ser visto como a questão central de todo o processo e não apenas na saída, no acesso” (SÁ, 2005, p. 79).

O arquivo como serviço de informação conta com uma definição operacional de “[...] espaços de informação que visam o acesso intelectual aos acervos, através da representação da informação arquivística” (SÁ, 2005, p. 12).

Dos trabalhos analisados este é o que mais apresentou a incidência da expressão *informação arquivística*, que aparece em duzentos e dezesseis (216) períodos de frase. Essa indicação denota a adoção da perspectiva informacional dos arquivos, num trabalho em que a autora assinala que

[...] o conceito de informação arquivística é recente e alguns autores o apontam como sendo objeto da Arquivologia [...] e nesta pesquisa será dada uma maior ênfase à informação arquivística, pois como se observa [...] aborda-se a transferência da informação arquivística para o usuário (SÁ, 2005, p. 44).

É importante destacar que o debate apresentado na argumentação dessa autora menciona que a informação arquivística é uma noção emergente, sobre a qual questiona: se é ou não objeto da Arquivologia; em que medida representa o impacto de uma sociedade da informação na atualidade; se significa ou não um imperativo colocado pelo ambiente das novas tecnologias de informação e comunicação; e, qual seria a compreensão nova em relação a quem são os agentes envolvidos no fenômeno arquivístico.

Outro fator que dificulta o entendimento de sua abordagem da informação arquivística é a recorrente associação feita entre informação e documento. De modo intercalado, ora enfatiza a interação expressa por um serviço arquivístico envolvendo o arquivista e o usuário numa situação em que há agentes sujeitos dessa relação, ora aponta o informacional nas práticas de controle sobre a localização de unidades documentais e ora, ainda, assume que a informação arquivística é uma ‘coisa virtual’ que se transfere no

ambiente da WEB.

Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na internet

Anna Carla Almeida Mariz (2005) apresenta sua tese de doutorado em Ciência da Informação, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Realiza um estudo sobre os aspectos teóricos caracterizadores da transferência de informação, por parte dos arquivos públicos brasileiros na *web*. Entende que “[...] às possibilidades anteriores das instituições de arquivo soma-se a internet como meio de difusão de seus acervos e de transferência da informação arquivística.” (MARIZ, 2005, p. 123).

Para a autora, informação é o conteúdo de um registro que pode ser transferido. Com essa concepção, afasta-se das problematizações da informação na produção de sentido operada por quem recebe mensagem, que pode não produzir exatamente os sentidos pretendidos por um “emissor”, e se distancia das questões mais complexas envolvendo os condicionamentos socioculturais formadores dos sujeitos dentro de uma ação de informação, mediações atuantes nessa produção de sentido.

Examina em que medida a Internet está sendo explorada pelas instituições arquivísticas brasileiras, sobretudo quando estas são entendidas como prestadoras de serviço de informação. É no deslocamento da ênfase no suporte de um registro documental para conteúdos informacionais desses mesmos documentos que entende a emergência da perspectiva de uma informação arquivística.

Assim, entende-se que a informação arquivística, também chamada informação registrada orgânica, concerne a documentos produzidos por um organismo (indivíduo ou instituição) em decorrência de suas atividades ao longo de sua existência (MARIZ, 2005, p. 12).

Para Mariz, a transferência de informação arquivística é entendida no processo de divulgação do conteúdo de documentos custodiados por instituições arquivísticas, enfatizando o aspecto contextual da produção dessas informações. “A informação arquivística seria, portanto, aquela contida nos documentos que integram os arquivos, os quais possuem características próprias e definidas” (MARIZ, 2005, p. 11).

A noção de informação arquivística é utilizada como uma forma de enfatizar a disponibilização do conteúdo de acervos por parte das instituições arquivísticas

brasileiras, sua definição, às vezes, coincide com a de documento de arquivo.

A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias

Nádina Aparecida Moreno (2006), graduada em Biblioteconomia, apresenta sua tese de doutorado em Ciência da Informação, na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal Minas Gerais. Em seu trabalho, trata as condições contemporâneas de novas tecnologias de informação e comunicação e caracteriza as organizações como diferentes combinações de processos decisórios que solucionam problemas e aproveitam oportunidades, havendo, nesse sentido, uma ausência de sistemáticas apropriadas de classificação, armazenamento e recuperação da informação para orientar o processo decisório.

A autora enfoca a universidade no seu estudo sobre a informação arquivística no funcionamento organizacional, apontando para a predominância dentro das universidades de modelos de gestão com decisão construída pelo consenso. Nesse contexto, entende os arquivos como uma ferramenta fundamental no desenvolvimento das atividades da organização e chama a atenção para as funções arquivísticas como meio de controle das atividades organizacionais.

Apresenta a seguinte definição, “[...] entende-se por informação arquivística, a informação que está diretamente relacionada ao organismo produtor, isto é, ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as organizações/instituições” (MORENO, 2006, p. 133).

O estudo, que teve como objetivo principal investigar o papel da informação arquivística na gestão de universidades, trata, na verdade, da ausência de uma política de gestão de documentos.

Considera que a noção de informação arquivística seja *espelho seguro* das transações, uma *expressão imparcial, autêntica e espontânea* das ações organizacionais e *capaz de transparecer* as atividades das instituições. Moreno conclui que, “Assim, as informações arquivísticas dão origem ao arquivo das organizações, onde são agrupados todos os documentos” (MORENO, 2006, p. 84).

É interessante notar como foi sinalizada a importância do elemento suporte para que a tal ‘informação’ tenha efeito de provar ou testemunhar.

A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)

Flávia Carneiro Leão (2006), graduada em Ciências Sociais, apresenta sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Leão reflete sobre a descrição arquivística frente ao processo de normalização dessa prática arquivística e traça um histórico da ideia de descrição nos arquivos desde a antiguidade com o objetivo de identificar concepções relacionadas com esse termo.

A partir da pesquisa bibliográfica, em bases de dados brasileiras e estrangeiras, busca localizar referências sobre o tema descrição arquivística e observa a presença de uma discussão da descrição no ambiente dos arquivos como uma representação da informação. A autora assume que “[...] subjacente a idéia da representação está a redução” (LEÃO, 2006, p. 8), a perda de detalhes é para ganhar em acesso, estrutura-se conteúdos em informações processáveis por meio dos sistemas de busca.

Leão infere, depois de apresentar as origens da descrição arquivística, que essa prática objetivava apenas o controle do acervo, mesmo considerando o agrupamento original como critério de organização. Desde o começo do século XX, a finalidade desse procedimento teria se ampliado, não apenas para prestar conta dos acervos custodiados, mas também para prover o acesso público. “Portanto, o resultado da descrição não é outro que a preservação de significado, o exercício de controle, e a provisão de acesso” (LEÃO, 2006, p.21).

Ao discutir o movimento de normalização arquivística, a partir dos anos de 1980, e o surgimento dos primeiros instrumentos de padronização da descrição, associados às novas tecnologias, a autora assinala a referência biblioteconômica subjacente às obras que fundamentaram essas normas e observa que “[...] causa estranheza que um código de catalogação biblioteconômico tenha sido a principal referência a fundamentar o desenvolvimento de uma norma de descrição arquivística.” (LEÃO, 2006, p. 45).

Essas normas de descrição arquivística promoveriam o aumento do número de elementos representacionais e a dissociação entre as noções de descrição e de instrumento de pesquisa, ressaltando que “[...] o objetivo da descrição não é o de elaborar instrumentos de pesquisa, mas o de elaborar representações precisas de unidades de

descrição” (LEÃO, 2006, p. 51).

Para Leão, a normalização da descrição arquivística apresenta uma inspiração biblioteconômica, além de enfatizar o acesso ao conteúdo dos documentos de modo contextualizado, o que para ela representa a institucionalização de uma noção de informação arquivística.

O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (2006), graduada em História e em Arquivologia, apresenta sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, no Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A autora propõe, no cenário informacional dos serviços arquivísticos, uma análise sobre os usos e usuários da informação arquivística. Esse estudo pode ser classificado na temática do acesso aos arquivos públicos, contudo, sua abordagem opera um enquadramento bastante específico sobre o processo de comunicação de conteúdos arquivísticos enfatizando o usuário como agente.

A perspectiva informacional dos arquivos é apontada tanto na corrente que vincula a Arquivologia à Ciência da Informação como também na linha de pensamento que evidencia uma autonomia disciplinar do saber arquivístico. A autora formula uma trajetória em que as práticas arquivísticas já estiveram sob fortes influências da História, da Administração e, ultimamente, dos estudos da informação.

A ideia de *informação arquivística* é entendida como um processo de comunicação em diferentes situações. Em primeiro lugar, os usuários acessariam as referências sobre a existência de documentos, que tiveram seus conteúdos e contextos representados em instrumentos de pesquisa (informatizados ou não), alimentados por profissionais desse tipo de mediação e só num segundo momento a própria entidade documental poderia ser acessada, possibilitando múltiplos sentidos na efetivação desse fenômeno informacional arquivístico.

Vale observar que o eixo de caracterização da informação arquivística foi construído em torno da noção de comunicação e de agentes que instrumentalizariam referências sobre a existência de conteúdos em determinados documentos,

consequentemente, operando escolhas e produzindo sentidos sobre o que acessam.

Esse viés, entretanto, não é o único no trabalho e a autora assume outros enfoques, como o da “[...] informação dentro de uma perspectiva arquivística como uma representação registrada” (OLIVEIRA, 2006, p. 31). A noção de informação arquivística está registrada, fixada, inclusive outras características dos documentos de arquivo são evocadas. A ideia de processo de comunicação e da situação relacional entre agentes, envolvendo o serviço arquivístico, o acervo e o usuário, é preterida pela entidade “representação registrada”.

Os sentidos no emprego da expressão *informação arquivística* são diferentes, um dado momento ela ressalta a composição material dos acervos, que são tecnicamente processados, em outro enfatiza o processo de comunicação e de informação para especificar funções arquivísticas fundamentais.

Os autores analisados se movem entre noções de informação arquivística, as concepções do que seja informação arquivística são diversas, mas podem ser aproximadas nas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento; informação é representação dos documentos ou metainformação; informação é o documento.

Mesmo aqueles que buscaram desvincular as noções de informação e de documento, acabaram, em algum momento, sobrepondo-as, talvez em função da centralidade que o documento de arquivo representa na trajetória da Arquivologia.

Em 50% dos trabalhos existe a perspectiva da informação como conteúdo dos documentos de arquivo. Apenas dois trabalhos consideram a informação arquivística como representação do acervo. Nesses trabalhos a ideia de representação indica a possibilidade de antever as necessidades e os usos da informação e não a extração de um conteúdo intrínseco ao documento que é descrito.

Desse universo de doze teses e dissertações, emerge uma realidade frágil em termos de caracterização conceitual da noção de informação arquivística, o que ficou evidenciado pelas observações que contextualizaram a utilização dessa expressão dentro da temática específica de cada um dos trabalhos analisados.

No conjunto de teses e dissertações analisado, apenas o trabalho de Guimarães e Silva (1996) apresentou uma problematização em relação à noção informação arquivística. Nesse caso, a noção é explicitada com base na construção de instrumentos de representação das inscrições armazenadas como documentos de arquivo em

instituições arquivísticas. Os meios de controle sobre acervos configurariam – além de referência da localização física das unidades documentais – uma representação do seu conteúdo, com a finalidade de mediar o encontro entre um usuário e o documento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário brasileiro, a noção de informação arquivística é a expressão de uma abordagem, a partir da qual se podem perceber algumas lutas por autoridade e por espaço no campo arquivístico. Esta pesquisa não privilegiou a observação da questão da informação nos arquivos com base nas atividades do arquivista, o que seria relevante para verificar a realidade dessa perspectiva no dia-a-dia do profissional. Ainda assim, é pertinente indagar em que medida a informação arquivística é reconhecida como objeto de trabalho por quem realiza serviços arquivísticos. Embora se trate de um questionamento cuja resposta só será possível em estudos futuros, esboçá-la é pertinente, uma vez que se verificou, na presente pesquisa, o uso da expressão *informação arquivística* no meio acadêmico, considerando que dos autores analisados, 58% exercem atividades técnicas especializadas.

Optou-se pela caracterização da noção de informação arquivística utilizada pelos autores da produção de conhecimento arquivístico, problematizando a sua adoção como expressão de um conceito, em alguns, com o *status* de objeto de estudo da Arquivologia.

O mapeamento da produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil permitiu o reconhecimento da importância das pesquisas de mestrado e de doutorado sobre a temática arquivística que são acolhidas em programas de diferentes áreas do conhecimento, nas diversas regiões do país.

As teses e as dissertações identificadas com tema arquivístico revelaram a concentração dos trabalhos nos estados da região sudeste em 77%, o que aponta para a percepção da concentração política, econômica e cultural desses estados brasileiros sobre os demais. Essas pesquisas foram acolhidas em 13 (treze) áreas do conhecimento, sendo 43% em Ciência da Informação.

A dimensão de inovação no emprego da expressão *informação arquivística* ainda não está clara. No entanto, essa utilização é justificada, por alguns dos autores analisados, como mais vantajosa à compreensão das funções arquivísticas, em relação ao conceito de documento de arquivo. O informacional estaria mais adequado à realidade das tecnologias de comunicação e informação, associada à demanda por padronização

internacional dos elementos de identificação dos acervos arquivísticos.

Com base nos dados coletados e analisados, podemos observar que a noção de informação arquivística foi identificada tanto na corrente que assume o documento como conceito fundamental para o saber arquivístico como na visão dos que defendem um deslocamento de ênfase do documento para a informação.

Os resultados desta pesquisa apontam para uma noção de informação arquivística que mantém a centralidade da entidade documental no campo arquivístico, além de evidenciar a necessidade de maior articulação com as questões pertinentes à dimensão comunicativa das ações de informação.

Para estudos posteriores, sugere-se o aprofundamento da perspectiva informacional nos arquivos do ponto de vista do cotidiano dos profissionais da área e a ampliação dos mapeamentos sobre a produção de conhecimento arquivístico no Brasil.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Emília Barroso. **Memória governamental e utilização de documentos eletrônicos pela administração pública no Brasil: o caso da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – ECI, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

FONSECA, Maria Odila. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GUIMARÃES E SILVA, Júnia. **Socialização da informação arquivística: a viabilidade de enfoque participativo na transferência da informação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

JARDIM, José Maria. **Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado brasileiro**. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – ECA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na internet**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT,

Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MATTOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MORENO, Nádina Aparecida. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). ECI. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006

OLIVEIRA, Christianne Rose de Sousa. **Acesso à informação no Arquivo Público do Estado do Maranhão**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). - IBICT, IACS. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PEREIRA, Heloisa Esser dos Reis Tiago. **Contribuição ao diagnóstico de um sistema de informação arquivística aplicada**. 2001. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2001.

SÁ, Ivone Pereira de. **A face oculta da interface: serviços de informação arquivista na web centrados no usuário**. 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Eliezer Pires da, **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2009.